



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - TP/OE/P/SG/SG-SI/SG-SI-CPC/SG-SI-CPC-DENG

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SEI! N° 0053730-73.2025.8.16.6000

1. INTRODUÇÃO

- 1.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar trata das principais alternativas de mercado que podem atender à necessidade de realização de serviços de investigação geotécnica em terrenos de propriedade deste Tribunal.
- 1.2.** Ressalta-se que este documento tem caráter preliminar e é possível que ocorram alterações ao longo do processamento do expediente. Desta forma, quaisquer divergências entre as informações previstas neste ETP e no Termo de Referência, devem prevalecer as previstas no Termo de Referência, desde que não impliquem alteração da solução proposta.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** O procedimento a ser realizado tem por finalidade atender, de forma ágil e padronizada, às demandas recorrentes de realização de serviços de investigação geotécnica em terrenos de propriedade do TJPR, destinados à implantação de novos fóruns ou à expansão de unidades já existentes.
- 2.2.** Tais serviços constituem etapas preliminares fundamentais para a elaboração de anteprojetos de arquitetura e engenharia, os quais subsidiam os futuros processos licitatórios para contratação de projetos básicos e obras.
- 2.2.1.** De fato, assim rege a Lei de Licitações nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, Do Anteprojeto de Arquitetura e Engenharia, art. 499, onde se especifica que o Anteprojeto deverá conter, pelo menos:

IV – pareceres de sondagem, de acordo com norma técnica específica.

3 . PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PAC E ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 3.1.** O objeto desta contratação foi previsto no PAC 2026, nº PAC.SENG.2026.0003.0001 (doc.SEI! nº 12528129).
- 3.2.** A efetivação da referida contratação viabilizará o atingimento dos seguintes Objetivos Estratégicos:

09 – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Principais atividades

4.1. Investigação geotécnica:

4.1.1. A investigação geotécnica tem como finalidade conhecer o subsolo do terreno, identificando camadas de solo, resistência, presença de água e demais características que subsidiem a escolha e o dimensionamento preliminar de fundações no âmbito dos anteprojetos de engenharia, e é composta pelos seguintes serviços:

- a) Sondagem SPT;
- b) Sondagem rotativa;
- c) Ensaios de laboratório;
- d) Prova de carga estática.

4.2. Levantamentos e estudos:

- a) Relatórios de sondagem;
- b) Relatório fotográfico da execução dos levantamentos e ensaios;
- c) Planta de localização das sondagens e ensaios;
- d) Relatório de apresentação dos ensaios de laboratório;
- e) Relatório do ensaio de prova de carga.

Legislação específica aplicável

4.3. Lei nº 14.133/2021.

4.4. Decreto Estadual nº 10.086/2022.

4.5. Legislação municipal da comarca onde serão realizadas as investigações.

4.6. Instrução Normativa Nº 114/2022 – TJPR, que dispõe sobre diretrizes em licitações sustentáveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Normas Técnicas

4.7. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as legislações, regulamentos, normas e práticas aplicáveis, particularmente:

- a) NBR 6484 – Sondagem de simples reconhecimento com SPT – Método de ensaio;
- b) NBR 8036 – Programação de sondagens de simples reconhecimento dos solos para fundação de edifícios;
- c) NBR 9820 – Coleta de amostras indeformadas de solos de baixa consistência em furo de sondagem;
- d) NBR 6502 – Solos e rochas – terminologia;

- e) NBR 7181 – Solo – Análise granulométrica;
- f) NBR 6459 – Solos – Determinação do limite de liquidez;
- g) NBR 7180 – Solos – Determinação do limite de plasticidade;
- h) NBR 6489 – Solo – Prova de carga estática em fundação direta;
- i) NBR 6122 – Projeto e execução de fundações;
- j) ASTM D2435 - Standard Test Methods for One-Dimensional Consolidation Properties of Soils Using Incremental Loading;
- k) Normas ABGE – Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental;
- l) NR-06 – Equipamentos de Proteção Individual;
- m) NR-21 – Trabalhos a Céu Aberto.

Local e endereço de execução

4.8. Os locais dos serviços objeto desta contratação foram estimados considerando o planejamento de implantação de novos fóruns e ampliações de unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná constantes do Plano de Obras TJPR 2026/2030, conforme indicado no anexo ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO, e foram divididos por regionais (Leste, Norte e Sul).

Prazo de entrega e execução

4.9. O prazo para a conclusão dos serviços é de 15 (quinze) dias, salvo prorrogação expressamente autorizada pela fiscalização técnica.

4.9.1. Para demandas de maior complexidade ou volume, a critério da fiscalização, poderá ser estabelecido um cronograma específico, a ser acordado entre as partes antes do início da execução.

Visita técnica

4.10. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Critérios de sustentabilidade específicos

4.11. Considerando como parâmetro o art. 362 do Decreto Estadual 10.086/22, bem como o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU (doc. 8097772) e a IN nº 114 de 2022 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, verificou-se que **não** há legislação e critérios de sustentabilidade específicos para este tipo de contratação.

BIM

4.12. No presente momento, o Tribunal de Justiça não tem condições técnicas para elaboração ou fiscalização de projetos e levantamentos em BIM, tampouco acompanhamento de execução de obras, devido à fase atual de estruturação para implantação da tecnologia BIM, e atualmente os projetos em acompanhamento e fiscalização ainda são concebidos por meio de ferramentas de projeto e desenho auxiliados por computador (CAD – Computer Aided Design) bidimensionais, com pouca ou nenhuma integração e interoperabilidade entre as documentações dos projetos, uma vez que não há disponibilidade de softwares e há necessidade de capacitação do corpo técnico. Dessa maneira, diante da etapa em que o Projeto de Implantação de BIM no TJPR se encontra, ainda não é possível que o Edital de Licitação de reforma do presente imóvel exija obrigatoriamente a tecnologia BIM.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

5.1. Ainda que os imóveis a serem atendidos pela presente contratação não estejam totalmente definidos no momento da contratação, pois o acervo de terrenos do TJPR é dinâmico, foi elaborado um planejamento técnico contendo uma tabela de previsão de atendimento por comarca, com estimativas médias de área de terreno em cada localidade, considerando um dado objetivo: o Plano de Obras do TJPR 2026/2030, já definido e aprovado pela Administração.

5.1.1. Esses dados serviram como base para o dimensionamento dos quantitativos estimados, sendo as sondagens dimensionadas pela projeção da área edificável em cada terreno, definindo o número de furos, e os ensaios dimensionados pelos tipos de solo encontrados, neste caso utilizando-se como parâmetro a experiência em casos anteriores.

5.2. Além disso, a contratação contemplará os deslocamentos necessários para a execução, os quais englobam toda mobilização de equipamentos e de mão de obra até as comarcas atendidas.

5.2.1. Para fins de estimativa, as comarcas foram agrupadas, para cada regional, em faixas de 100 km de distância em relação a uma cidade polo pré-definida, conforme indicado no anexo ESTIMATIVA DE DESLOCAMENTO, de modo a refletir a distribuição geográfica das localidades previstas.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO: ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

6.1. Para atendimento da demanda de realização de serviços de investigação geotécnica em terrenos de propriedade do TJPR, apresenta-se a seguir breve levantamento das alternativas possíveis, com avaliação preliminar de viabilidade, visando o atendimento integral da necessidade identificada e a indicação da solução mais adequada.

Identificação das soluções

6.2. ALTERNATIVA 1 – Contratação autônoma para atendimento a cada demanda

6.3. ALTERNATIVA 2 – Realização dos **serviços** utilizando pessoal próprio ou contrato de mão de obra com dedicação exclusiva

6.4. ALTERNATIVA 3 – Formação de ata de registro de preços para futuras e eventuais contratações

Análise comparativa das soluções

6.5. ALTERNATIVA 1 – Contratação autônoma para atendimento a cada demanda

6.5.1. Contratações realizadas por procedimento licitatório específico a cada demanda que se apresente, passando por todo o rito preparatório e fases subsequentes da licitação, não importando a complexidade ou vulto da mesma.

6.5.2. Neste caso, mesmo demandas simples, de baixa complexidade, passariam por um procedimento licitatório completo, o qual se enquadraria a cada caso em limites de dispensa ou concorrência, vez que não haveria prévio registro dos preços a serem contratados.

6.5.3. Como já aferidos **preços unitários no Orçamento Sintético (12823305)**, em resumo os custos dos **serviços seriam praticamente os mesmos, porém, é provável que se perca a economia de escala, já que na contratação por ata regionalizada, um mesmo fornecedor realizará uma maior quantidade de serviços, nos quais majoritariamente envolve custos com mão de obra, reduzindo-se a ociosidade da equipe. Em contratações autônomas é provável que o custo efetivo seja ligeiramente maior, estimando-se em 10% a economia de escala.**

6.5.4. **Ainda há o custo administrativo de aproximadamente R\$ 14.000 por contratação, nesse sentido, supondo-se que sejam realizadas 39 contratações (uma para cada localidade), estima-se que o custo**

administrativo seja de R\$ 585.000,00.

6.5.5. Somando-se os custos da contratação do serviço, incluindo a perda da economia de escala e os custos administrativos, estima-se que a Alternativa 1 custe R\$ 2.924.065,54 (dois milhões, novecentos e vinte e quatro mil sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

6.5.6. Por fim, deve-se considerar também elevada probabilidade de ocorrência de licitações desertas ou fracassadas, dado o baixo interesse dos licitantes em contratos de baixa monta, que serão eventualmente executados em locais remotos.

6.6. ALTERNATIVA 2 – Realização dos serviços utilizando pessoal próprio ou contrato de mão de obra com dedicação exclusiva

6.6.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não dispõe de servidores com qualificação técnica suficiente para realizar os levantamentos objeto desta contratação. Uma alternativa seria a contratação de mão de obra terceirizada com dedicação exclusiva para esse serviço.

6.6.2. É inviável a precificação com grau de precisão aceitável para essa alternativa. O serviço pretendido de investigação geotécnica tem demanda intermitente, com ocorrências esporádicas, ou seja, a contratação de mão de obra com dedicação exclusiva resultaria em pessoal ocioso ou sobrecarregado.

6.6.3. Ainda, além da contratação da mão de obra em si, são necessários equipamentos de complexidade variada, como sondas rotativas e trados, que teriam que ser adquiridos ou alugados; e, há necessidade de ensaios laboratoriais, que demandariam mão de obra especializada, criação de um laboratório de solos ou aluguel de instalações, que também ficariam ociosos conforme a demanda, ou ainda gerando uma série de contratações autônomas para suprir a demanda, também com custos administrativos e prazos alongados.

6.6.4. Não obstante seria necessária a alocação/depósito de todos esses profissionais, materiais e equipamentos em instalações hoje inexistentes neste tribunal, bem como a necessidade de coordenação dessas equipes, aumentando ainda mais os custos administrativos.

6.6.5. Visto a complexidade das variáveis que compõem tal alternativa, não é factível precificar com precisão os custos da Alternativa 2, todavia, espera-se que os custos sejam muito superiores às demais alternativas.

6.7. ALTERNATIVA 3 – Formação de ata de registro de preços para futuras e eventuais contratações

6.7.1. A alternativa de utilização por Ata de Registro de Preços busca tornar eficientes os procedimentos de contratação. Existindo um procedimento padronizado, sem complexidade técnica e operacional e de que a necessidade seja permanente ou frequente, a NLL (Lei nº 14.133/2021) aborda a possibilidade da adoção do sistema de registro de preços para a contratação de serviços de engenharia, como o caso em tela, no qual o objeto prevê a realização de investigação geotécnica em terrenos de propriedade do TJPR.

6.7.2. Em seu art. 6º, inciso XLV, a Lei nº 14.133/2021 conceitua o sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

6.7.3. Nesse sentido, o Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes afirma que o SRP promove vantagens como:

a) Disponibilização de orçamento apenas quando do empenho da aquisição/contratação;

- b) Atendimento de demandas imprevisíveis;
- c) Redução sensível do número de licitações, levando economia para a administração com procedimentos e serviços repetitivos não sobrecarregando os servidores;
- d) Eliminação do fracionamento de despesas;
- e) Diminuição do tempo para efetivação das contratações;
- f) Possibilidade de atualização de preços; e
- g) Ampliação da participação de empresas de menor porte.

6.7.4. Trata-se do modelo padrão utilizado na maioria dos órgãos públicos por apresentar as seguintes vantagens:

- Contratação menos onerosa;
- Disponibilidade de mão de obra para execução de serviços urgentes;
- Possibilidade de ações preventivas, evitando futuros gastos com ações corretivas;
- Concentrar em única empresa a responsabilidade e garantia da execução dos serviços e qualidade dos materiais;

6.7.5. Os preços dessa alternativa foram aferidos conforme IN 237/2025-TJPR e o demonstrativo dos custos esta presente no Orçamento Sintético (12823305). Estima-se que o custo da Alternativa 3 seja de R\$ 2.126.423,22 (dois milhões, cento e vinte e seis mil quatrocentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos).

6.7.6. Busca-se, portanto, economia de escala e maior eficiência nos processos de contratação e execução dos serviços, atingindo de maneira mais célere e eficiente o resultado esperado, propiciando, assim, maior economia financeira e administrativa, haja vista que a concentração dos contratos e agilidade em administrá-los resultará em melhor aproveitamento dos recursos humanos desta instituição.

6.8. Assim, a alternativa 3 se demonstra a opção técnica e economicamente mais viável para o atendimento do objeto da contratação.

7. ESTIMATIVAS PRELIMINARES DOS PREÇOS

7.1. A elaboração da planilha de valores máximos para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para investigação geotécnica, conforme demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, foi realizada seguindo os preceitos da Instrução Normativa nº 237/2025.

7.1.1. Foi realizada a pesquisa de preços, com no mínimo três fornecedores idôneos e as propostas recebidas estão apresentadas anexas ao relatório.

7.1.2. Utilizaram-se os critérios de exclusão de valores inexecutáveis e excessivamente elevados.

7.2. No valor orçado para o objeto deste certame licitatório foram consideradas as taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e de Encargos Sociais conforme o regime **SEM desoneração** (folha de pagamento). Tal fato não impedirá ao futuro contratado optar pela outra forma de recolhimento (conforme permite a LEI nº 13.161/2015) e assumir eventuais custos ou despesas superiores às definidas na planilha orçamentária.

7.3. Para elaboração do BDI (Bonificação de despesas indiretas) utilizou-se o indicado na Nota Técnica SEA nº 11/2015. Para o cálculo do BDI, deverá ser utilizado o valor do ISS municipal do local da prestação

do serviço, variando de 2 a 5%, utilizando a fórmula prevista no Acórdão 2622/2013 do TCU. Considerando-se serviço essencialmente intelectual e não empregando extensivamente materiais, não há dedução de valores para cálculo da alíquota efetiva. Para fins de elaboração da planilha de valor máximo da contratação, utilizou-se a alíquota máxima de ISS (5%), com BDI máximo de 20,77%.

7.4. Os preços estimados encontram-se na sequência:

7.4.1. Lote 1 – Regional Leste: R\$ 588.415,55 (quinhentos e oitenta e oito mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos);

7.4.2. Lote 2 – Regional Norte: R\$ 933.433,40 (novecentos e trinta e três mil quatrocentos e trinta e três reais e quarenta centavos);

7.4.3. Lote 3 – Regional Sul: R\$ 604.574,27 (seiscentos e quatro mil quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e sete centavos).

7.5. Os valores unitários e quantitativos previstos encontram-se detalhados nos anexos RELATÓRIO DE ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO e ORÇAMENTO SINTÉTICO.

7.6. A totalidade do valor da ata se destina 100% para o Primeiro Grau.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Solução escolhida

8.1. A essência da solução que se propõe é a eventual **contratação de serviços de investigação geotécnica, utilizando-se de Ata de Registro de Preços**. A contratação por ata visa garantir a celeridade na contratação, quando a demanda se apresentar, e, além disso, permitirá a contratação conforme a necessidade, sem a realização de múltiplos processos licitatórios, proporcionando mais eficiência e economicidade para a administração pública. Tem-se por objetivo atender as necessidades peculiares de cada demanda eventualmente formulada, visando subsidiar a elaboração de anteprojetos de arquitetura e engenharia em terrenos destinados à implantação de novos fóruns.

8.2. Cabe ressaltar que os documentos técnicos da contratação pretendida estão constantes do protocolo [0053730-73.2025.8.16.6000](#), trazendo, portanto, maiores detalhamentos acerca da execução do objeto.

Detalhamento (Especificações Técnicas)

8.3. As especificações técnicas detalhadas encontram-se no anexo ESPECIFICAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO, que contém todos os dados necessários para a perfeita execução e fiscalização dos serviços contratados.

Qualificação técnica

8.4. As exigências de qualificação técnica para a contratação são justificadas para garantir a qualidade, segurança e eficiência dos serviços prestados. Essas exigências visam assegurar que a empresa contratada tenha a qualificação técnica necessária para realizar um serviço de alta qualidade, seguro e eficiente, minimizando riscos e garantindo a satisfação do contratante.

8.5. No que tange aos quantitativos exigidos, para o caso específico não se faz necessário a fixação de uma quantidade, somente a comprovação de que o profissional tenha experiência na área.

8.6. Para a presente contratação serão exigidos:

8.6.1. Nomeação de 01 (um) profissional de nível superior, legalmente habilitado, a ser designado

como Responsável Técnico pela Investigação geotécnica – Sondagem SPT e Sondagem rotativa;

8.6.1.1. Justificativa: Um Engenheiro Civil possui o conhecimento técnico necessário para supervisionar a realização das sondagens SPT e rotativa, garantindo que os serviços sejam realizados conforme as normas técnicas e de segurança.

8.6.2. Nomeação de 01 (um) profissional de nível superior, legalmente habilitado, a ser designado como Responsável Técnico pela Investigação geotécnica – ensaios de laboratório;

8.6.2.1. Justificativa: Um Engenheiro Civil possui o conhecimento técnico necessário para supervisionar a realização dos ensaios de laboratório, garantindo que os serviços sejam realizados conforme as normas técnicas e de segurança.

8.6.3. Nomeação de 01 (um) profissional de nível superior, legalmente habilitado, a ser designado como Responsável Técnico pela Investigação geotécnica – ensaios de prova de carga estática;

8.6.3.1. Justificativa: Um Engenheiro Civil possui o conhecimento técnico necessário para supervisionar a realização dos ensaios de prova de carga estática, garantindo que os serviços sejam realizados conforme as normas técnicas e de segurança.

8.6.4. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA:

8.6.4.1. Justificativa: A certidão de registro assegura que a empresa está legalmente habilitada e registrada no conselho profissional competente, garantindo que a empresa segue as normas e regulamentações vigentes.

8.6.5. Responsável Técnico pertencente ao quadro da empresa:

8.6.5.1. Justificativa: Ter um Responsável Técnico no quadro permanente da empresa garante maior controle e responsabilidade sobre a execução dos serviços, assegurando continuidade e qualidade no acompanhamento das obras.

8.6.6. Certidões de Acervo Técnico (CAT) de serviços executados:

8.6.6.1. Justificativa: As CATs comprovam a experiência e a capacidade técnica do profissional em realizar serviços similares, garantindo que possui histórico e competência para executar o serviço com qualidade.

Classificação do objeto

8.7. O objeto desta contratação é classificado como:

8.7.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS (contratação de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado).

Regime de execução e critério de julgamento de propostas

8.8. Dadas as características do objeto, o regime de execução da presente contratação deverá ser de **empreitada por preço unitário**, vez que há determinado grau de imprecisão em relação aos quantitativos, sujeitos a variações por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos na fase de planejamento.

8.9. O critério a ser utilizado para julgamento das propostas deverá ser de **MAIOR DESCONTO LINEAR**.

8.9.1. A adoção do critério de julgamento pelo maior desconto linear mostra-se adequada à presente contratação, tendo em vista que o objeto será executado sob demanda, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, com base em tabela de preços unitários previamente definida pela Administração.

8.9.2. O desconto linear a incidir sobre os valores de referência assegura tratamento isonômico entre os licitantes, evita distorções na formação de preços unitários e mitiga o risco de ocorrência de "jogo de planilha", garantindo maior vantajosidade e eficiência na gestão contratual.

8.9.3. Ademais, considerando a natureza padronizável dos serviços comuns de engenharia a serem contratados, o modelo adotado permite a adequada comparação entre propostas e facilita a fiscalização e medição dos serviços executados.

Formalização da contratação

8.10. Ata de Registro de Preços, com vigência de 12 meses, prorrogável por igual período, podendo haver renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original, nos termos do art. 299, §2º do Decreto Estadual n. 10.086 de 2022.

8.10.1. Os serviços decorrentes da ARP serão executados após a assinatura do respectivo contrato (por escopo), o qual detalhará as quantidades e condições de execução específica de cada operação.

Dinâmica da execução

8.11. Após a assinatura do contrato, a Contratante disponibilizará Ordem de Serviço à Contratada, por e-mail, juntamente com os documentos técnicos, o que marcará o início do prazo para a execução das atividades.

8.12. A Contratada deverá executar os serviços nos termos constantes no contrato e e-mail, observando os prazos e condições indicados.

8.13. A Responsabilidade pela execução da obra e/ou serviço é do Engenheiro Civil da Contratada. A empresa contratada deverá emitir ART do responsável técnico, devendo constar como contratante a empresa e como contratado o profissional responsável.

Garantia de execução

8.14. Não será necessária a exigência de garantia de execução para a presente após a avaliação dos seguintes aspectos:

8.14.1. Flexibilidade e Agilidade: Serviços sob demanda e por escopo serão solicitados para satisfação de necessidades imediatas, onde a rapidez na execução é crucial. A exigência de garantias pode atrasar o processo.

8.14.2. Custo-Benefício: A inclusão de garantias contratuais pode aumentar os custos do serviço, tanto para o contratante quanto para o contratado. Em serviços sob demanda, onde o custo é um fator decisivo, a ausência de garantias pode tornar o serviço mais acessível.

8.14.3. Natureza do Serviço: os serviços sob demanda são de natureza temporária ou de curto prazo de execução, o que pode não justificar a necessidade de garantias prolongadas. Por exemplo, serviços de manutenção ou reparos rápidos.

8.14.4. Pagamento após a execução: o pagamento do objeto será realizado somente após a entrega dos equipamentos e/ou execução dos serviços, de modo que o risco financeiro relativo à operação fica mitigado, não havendo danos materiais pela não execução do objeto, os quais seriam ressarcidos pela utilização da garantia.

Reajuste

8.15. O índice de reajuste da presente contratação, quando aplicável, será o INCC.

Medição e Pagamento

8.16. O pagamento pelos serviços será efetuado por contrato decorrente da ata de registro de preços, em parcela única por serviço unitário, após a conclusão dos serviços, entrega dos documentos técnicos exigidos e aceite formal pela fiscalização técnica do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

8.17. São condições para o pagamento:

- Entrega integral dos produtos contratados (relatórios, plantas, memoriais, etc.), conforme especificações técnicas;
- Aprovação pela fiscalização e emissão do Termo de Recebimento Provisório dos serviços;
- Apresentação da nota fiscal correspondente, vinculada ao contrato derivado da ata;
- Regularidade fiscal e trabalhista da contratada, conforme exigido pela legislação vigente.

8.18. Não serão realizados pagamentos parciais relativos a etapas intermediárias de execução, salvo se houver previsão expressa em contrato específico derivado da ata.

8.19. O prazo para pagamento seguirá o estabelecido em contrato e na legislação aplicável, contado a partir da data do aceite formal pela fiscalização.

8.20. Somente será considerado cumprido o serviço após a entrega de todos os serviços descritos, e aceite pelo TJPR, sem restar pendências ou correções por parte da contratada.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. O objeto a ser elaborado abrange diversas locações e os serviços a serem especificados em projeto serão todos relacionados à elaboração de serviços de engenharia de investigação geotécnica, **sendo considerado possível e adequado o parcelamento em três lotes** sem perda da qualidade e precisão técnica, pois o serviço é regido por normas técnicas isonomicamente aplicadas por quaisquer profissionais habilitados, não havendo, portanto, perda de qualidade pela escala.

9.2. O parcelamento certamente garantirá maior competitividade, pois possibilita a participação de maior universo de licitantes também de localidades próximas aos locais dos serviços e, portanto, melhor competitividade com evidente vantagem ao interesse e erário público.

9.3. Portanto, respondendo aos quesitos que indicam pelo parcelamento ou não do objeto com enfoque no serviço, tem-se:

- 1) É tecnicamente viável dividir a solução? R: Sim.
- 2) É economicamente viável dividir a solução? R: Sim.
- 3) Não há perda de escala ao dividir a solução? R: Não.
- 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? R: Sim.

Da subcontratação

9.4. Por tratar-se de contratação técnica com qualificação técnica exigível ao contratado que deve comprovar sua qualificação pessoal para a prestação do serviço técnico especificado, conforme Termo de Nomeação e Qualificação Técnica, não será admitida a subcontratação para quaisquer dos serviços especificados e ora licitados.

Do consórcio

9.5. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, com vistas à ampliação da

competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. O resultado pretendido é o reconhecimento do subsolo dos terrenos que receberão as obras das novas edificações dos Fóruns nas comarcas, identificando camadas de solo, resistência, presença de água e demais características que subsidiem a escolha e dimensionamento preliminar de fundações no âmbito dos anteprojetos de engenharia.

10.2. Esse registro destina-se a subsidiar a elaboração de anteprojetos de arquitetura e engenharia para implantação dos novos fóruns ou ampliação de unidades existentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

11.1. Não se vislumbra nenhuma providência a ser adotada previamente ao início das atividades desta licitação.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Contratações correlatas: não há.

12.2. Contratações interdependentes: não há.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Não se vislumbram impactos ambientais causados pela presente contratação, salvo a geração de resíduos sólidos, os quais deverão ter sua correta destinação por parte da empresa Contratada.

13.2. Se eventualmente diagnosticada a necessidade de outras autorizações e licenciamentos ambientais para execução dos serviços, a contratada deverá orientar o Tribunal de Justiça nesses processos.

14. ANÁLISE DE RISCOS

Causa	Evento (problema/risco)	Consequência	Ação (como minimizar)
Chuvas intensas, tempestades, vento fortes ou temperaturas extremas.	Condições climáticas adversas	Interrupção das atividades, danos aos equipamentos e atrasos no cronograma.	Planejar atividades para períodos de clima favorável, quando possível, e exigir da contratada análise prévia de condições de prorrogação de prazo de execução.
Falta de treinamento adequado, uso incorreto de equipamentos de proteção individual (EPI) ou condições inseguras no local de trabalho.	Acidentes de trabalho	Lesões aos trabalhadores, paralisação das atividades e possíveis ações legais.	Exigir certificações de segurança, fiscalizar o uso correto dos EPIs e implementar medidas de segurança nos locais de execução dos serviços.

Falta de critérios rigorosos de seleção.	Contratação de profissionais ou empresas sem a qualificação técnico-operacional adequada	Erros na execução, comprometimento na qualidade das entregas, atrasos no cronograma e aumento de custos devido à necessidade de retrabalho e correções.	1. Estabelecer critérios rigorosos de seleção: exigir comprovação de qualificação e experiência; 2. Habilitação jurídica: exigir os registros dos profissionais nos respectivos conselhos de classe, exigir registro da empresa em órgão competente; 3. Supervisão e fiscalização: a fiscalização deve verificar a validade da documentação.
--	---	---	--

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Considerando as informações constantes no Estudo Técnico Preliminar e nos demais documentos que o embasam, conclui-se pela **viabilidade** da formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de serviços de investigação geotécnica em terrenos de propriedade deste Tribunal, a qual apresenta maiores vantagens técnicas e institucionais para alcançar os objetivos do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

15.2. Isto posto, SUGERE-SE o encaminhamento do presente Estudo Técnico Preliminar à autoridade competente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para **acolhimento**.

15.3. Finalmente, para atendimento do art. 15, §6º do Decreto Estadual 10.086/22, informa-se que este documento não possui informações classificadas como ultrassecreta, secreta ou reservada e será oportunamente publicado no sítio eletrônico deste Tribunal.

16. ANEXOS

16.1. Documentos que integram o presente Estudo Técnico Preliminar são os seguintes:

- a) Especificações para contratação;
- b) Estimativa de quantitativo;
- c) Estimativa de deslocamentos;
- d) Quantitativos de contratação;
- e) Mapa de Regionais;
- f) Relatório de elaboração de orçamento;
- g) Orçamento sintético;
- h) Orçamento Limites de BDI;
- i) Orçamento cotações;

Termo de nomeação.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MOLINARI, Chefe da Divisão de Projetos**, em 12/05/2026, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA CAVASSIM GUIMARAES, Técnica Judiciária**, em 12/05/2026, às 11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ REIF BRAGA, Chefe da Divisão de Contratações de Obras, Serviços de Engenharia e Manutenção Predial da Coordenadoria de Planejamento de Contratações**, em 12/05/2026, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **12992675** e o código CRC **F564CC34**.
